

CONTRATO

“AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE NATAL”

Processo n.º 2021/300.10.005/825

Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços;

Entre:

Município de Sines, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, neste ato representado por **Fernando Miguel Ramos**, na qualidade de vice-presidente da Câmara Municipal de Sines no exercício de funções nos termos da alínea f), do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **primeiro outorgante**;

e,

Festiluz, iluminação e decoração, Lda com o número de identificação fiscal 503 787 302, com sede na Rua Monte Lírio, nº18, neste ato representado pela senhora D. **Sandra Marisa Bessa Canha**, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 4418-8826-1837, subscrita a 15/08/2021 e válida até 15/11/2021, como **segundo outorgante**;

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 15/11/2021, que se rege pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

Objeto

A presente aquisição de serviços tem por objeto a Aquisição do serviço de iluminação pública de Natal, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base à consulta prévia, Processo n.º 2021/300.10.005/825, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato.

SEGUNDA

Preço Contratual

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 51 370,00 (Cinquenta e um mil, trezentos e setenta euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 11 815,10 (Onze mil, oitocentos e quinze euros e dez cêntimos), o que perfaz o valor global de € 63 185,10 (Sessenta e três mil, cento e oitenta e cinco euros e dez cêntimos).

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante.

TERCEIRA

Prazo de Execução do Contrato

A execução do serviço deverá ocorrer entre 24/11/2021 e 06/01/2022 (inclusive) e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato.

QUARTA

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução.

QUINTA

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 30 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

SEXTA

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato:

Nome: António Caetano, na qualidade de Técnico Superior do Serviço de Comunicação e Imagem;

Telefone Fixo: 269 630 632;

Email: antonio.caetano@mun-sines.pt;

Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato;

2. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada.

SÉTIMA

Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido:

a) Caderno de Encargos;

b) A proposta adjudicada;

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

OITAVA

Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/ 020225, cabimento n.º 2892 e compromisso n.º 22352.

NONA

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

DÉCIMA

Disposições Finais

No aqui omisso aplicar-se-ão as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato.

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação.

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato.

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato:

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 10/11/2021 e válida por quatro meses.
- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Espinho, a 10/11/2021, com validade de três meses.

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes.

O Primeiro Outorgante

O Vice-presidente da Câmara

O Segundo Outorgante

N.º de Registo: MGD 24473/ 2021

Documento assinado digitalmente. Quando impresso, o documento constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.